

**AO JUÍZO DA Xª VARA CÍVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE SOBRADINHO - DF.**

Processo nº : **XXXXXXX**

**A DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**, por meio do Defensor Público que subscreve a presente petição, com supedâneo nos art. 4º, I c/c art. 5º, II da Lei Distrital n.º 2.131/98, vem, ante **não localização de patrimônio do Executado** passível de constrição após a realização das diligências cabíveis - tendo em vista que o único bem localizado é veículo objeto de alienação fiduciária - e com fulcro nos enunciados nº 1 e 2 do CAPRODEF<sup>1</sup>, requerer:

- a) a **inscrição do nome do devedor em cadastros de proteção ao crédito**, como o Serasajud;
- b) a **expedição de certidão de crédito, com os dados referidos no provimento 09, de 07/10/2018, da Corregedoria do TJDF**, quais sejam: I - nome e

---

<sup>1</sup> **ENUNCIADO 01** (aprovado na reunião ordinária de 13/08/5018): “Ante a natureza indisponível do crédito, é atribuição dos defensores públicos cobrarem, nos processo sob sua responsabilidade, os valores devidos ao Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública do Distrito Federal (PRODEF), devendo, para tanto, valer-se de instrumentos de localização e de penhora de bens, tais como os bancos de dados do Bacenjud, do Infojud do Renajud e do e-RIDF”.

**ENUNCIADO 02** (aprovado na reunião ordinária de 13/08/5018): “Cumpridas as providências elencadas no enunciado n. 01, sem a satisfação do crédito, é atribuição dos defensores públicos pedirem, nos processo sob sua responsabilidade, a inscrição do nome do devedor em cadastros de proteção ao crédito, como o Serasajud, e providenciar certidão de crédito, a ser enviada à Defensoria Pública-Geral, contendo corretamente os dados referidos no provimento 09, de 07/10/2018, da Corregedoria do TJDF: I - nome e endereço da parte devedora e de seus advogados, incluídos eventuais corresponsáveis pelo débito; II - número do processo do qual consta o título executivo; III - número do CPF do(a) devedor(a), se pessoa física, ou do CNPJ, se pessoa jurídica e, ainda, número do CPF do(s) sócio(s) da empresa devedora, quando tais dados constarem dos autos; IV - valor do crédito devido ao PRODEF; V - data da propositura da execução, bem como de eventual citação ou homologação da conta de liquidação”.

endereço da parte devedora e de seus advogados, incluídos eventuais corresponsáveis pelo débito; II – número do processo do qual consta o título executivo; III – número do CPF do(a) devedor(a), se pessoa física, ou do CNPJ, se pessoa jurídica e, ainda, número do CPF do(s) sócio(s) da empresa devedora, quando tais dados constarem dos autos; IV – valor do crédito devido ao PRODEF; V – data da propositura da execução, bem como de eventual citação ou homologação da conta de liquidação”;

- c) após, a **suspensão do presente feito pelo prazo de 1 ano**, nos termos do inciso II c/c §1, ambos do art. 921 do CPC/15<sup>2</sup>, **requerendo, desde já, nova vista quando do transcurso do referido prazo.**

XXXXXXXX, XX de XXXXXXX de XXXX.

FULANO DE TAL  
DEFENSOR PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL

---

<sup>2</sup> Art. 921. Suspende-se a execução:

[...]

III - quando o executado não possuir bens penhoráveis;

[...]

§ 1º Na hipótese do inciso III, o juiz suspenderá a execução pelo prazo de 1 (um) ano, durante o qual se suspenderá a prescrição.